

# Extrema-unção

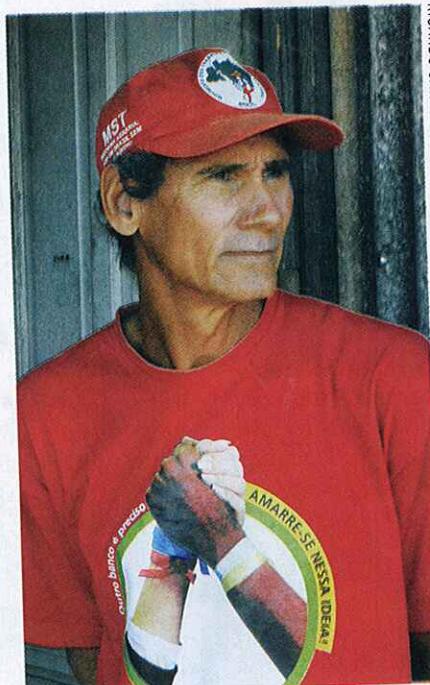
**REFORMA AGRÁRIA** | Levantamentos revelam que os gastos com distribuição de terras caem a cada governo petista, enquanto a concentração se mantém como na ditadura

POR RICARDO CARVALHO E SORAYA AGGEGE

**E**M 1999, CANSADO de ver os pais derramarem o suor em terras alheias, Osvaldo Alves decidiu unir-se aos acampamentos do MST. Desde então, participou de cerca de 50 ocupações Brasil a fora. Passados 12 anos e três eleições presidenciais, Alves ainda vive sob as lonas, atualmente em Iaras, no interior paulista. Governado pelo partido que ele ajudou a eleger três vezes e que no passado defendia a tese dos sem-terra, ele ainda espera. “Se o governo quiser mesmo, ele chega aqui hoje, regulariza tudo e dá condições para todo mundo produzir com igualdade.”

Ele não foi avisado, mas o sonho da reforma agrária no Brasil agoniza. Não deixa de ser irônico que as últimas pás de cal tenham sido despejadas por governos petistas, partido historicamente ligado aos movimentos sociais do campo. Mas é fato.

**Levantamento inédito** produzido a pedido de *CartaCapital* pelo Instituto Socioeconômico (Inesc), especializado no tema, revela que os gastos efetivos com distribuição de terra declinaram no segundo mandato do governo Lula – e continuam a cair nos primeiros meses de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, apesar do fla-flu que também nesse quesito divide os partidários de Fernando Henrique Cardoso e Lula, a concentração de propriedades no meio rural continua praticamente a mesma do alvorecer da ditadura. Na realidade, aumentou. O Índice de Gini, em 1967, era de 0,836 (quan-



RICARDO CARVALHO

**Menos de 1% das propriedades detêm 44,42% das terras, segundo o último Censo Agrário do IBGE**

**Esperança.** Osvaldo Alves (acima) está acampado desde 1999, mas ainda não desistiu

to mais perto de 1,0, mais concentrado é o modelo). Em 2006, data do último Censo Agrário do IBGE, era de 0,854.

Outro dado, do mesmo censo, dá uma dimensão mais clara da concentração. As pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 2,36% do total de terras, embora representem quase metade (47,86%) dos estabelecimentos rurais. Já os latifúndios, com mais de mil hectares, somam menos de 1% das propriedades e controlam 44,42% das terras, situação com poucos similares no mundo.

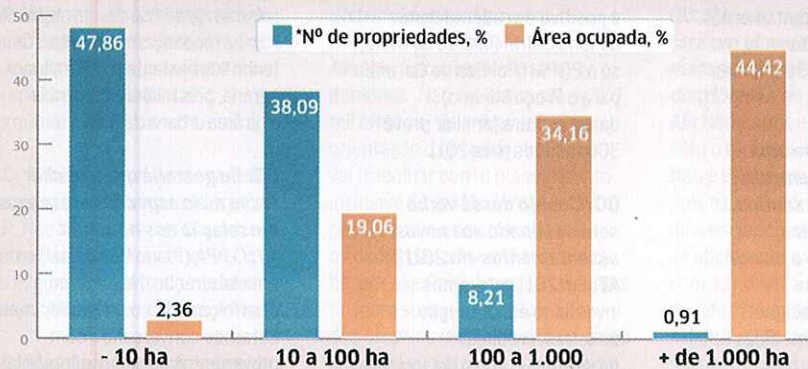
“Em vez de ser distribuída, a propriedade da terra está sendo concentrada. Todas as medidas de políticas econômicas e sociais convergem para que a terra fique nas mãos de um menor número de pessoas”, afirma Plínio de Arruda Sampaio, que antes de trocar o PT pelo PSOL coordenou a elaboração do último Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo Lula, que previa o assentamento de 1 milhão de famílias e que nunca saiu do papel.

O PT, a partir da experiência no governo, demonstra ter concluído, como várias correntes do pensamento econômico, que a reforma agrária clássica, da distribuição de terra, não faz mais sentido. No governo Dilma, Afonso Florence, titular da pasta do Desenvolvimento Agrário, onde se abriga o Incra, é um especialista em temas urbanos e, como se verá na entrevista à página 24, tem pouca familiaridade com os problemas rurais. Também há um entendimento de que a distribuição de terras custa mais caro do que as políticas focadas na agricultura familiar, como o Pronaf ou o recém-lançado Brasil Sem Miséria.



EVARISTO SA/AFIP

### A concentração de terra



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2006, divulgado em 2009  
 \*Não estão contabilizadas as propriedades agropecuárias sem declaração de área (4,93%)

O custo da reforma agrária fica a cada dia mais caro por causa do próprio governo, afirmam os especialistas. Definidos em 1975, quando a agricultura era mais arcaica, os índices de produtividade favorecem os proprietários que mantêm grandes extensões de terras praticamente sem produção. Ao tomar posse, em 2003, Lula prometeu que resolveria o problema “com uma canetada”, ou seja, atualizaria os índices.

Faltou tinta na caneta. E os governos petistas acharam por bem manter o modelo de desapropriação herdado das administrações anteriores: a compra da terra a preço de mercado. Acontece que isso torna ainda mais difícil a reforma, pois na última década o preço do hectare segue em constante valorização. Por causa, entre outros motivos, do aumento do valor dos produtos agrícolas e da expansão das fronteiras agroindustriais.

**O Brasil tem** cerca de 7,6 milhões de miseráveis no meio rural e o governo não tem uma meta de instalação em lotes de reforma agrária. Os especialistas estimam em 4 milhões os necessitados. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) trabalha apenas com o número bem menor, de 170 mil famílias que estariam acampadas e precisariam ser atendidas emergencialmente. Pelos dados do Incra, a União teria de gastar cerca de 20 bilhões de reais apenas para assentar essas 170 mil famílias. Nunca essa conta esteve no orçamento de nenhum governo.

Nas contas do presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, o investimento por família chegaria a 120 mil reais (60 mil em terras e 60 mil reais em estrutura básica). Segundo o Inesc, os gastos recentes nem sequer chegaram perto desse montante. Caso a atual gestão aplique os 980 milhões de reais autorizados para obtenção de terras em 2011, seria possível instalar 16 mil famílias, menos de 10% da demanda medida pelo Incra. “Não se faz reforma agrária com varinha de condão. É preciso dinheiro”, diz Lacerda. O presidente do instituto não dá, porém, a reforma como enterrada. “Não é uma coisa antiga, é moderna. O Mato Grosso, por exemplo, grande produtor de commodities agrícolas exportáveis, precisa importar alface de outros estados. É o pequeno produtor que coloca comida *in natura* na mesa das pessoas.”

Trata-se de um discurso sem paralelo na prática, conforme os dados do Inesc. O auge dos investimentos agrários da última década aconteceu em 2005, quando estourou a crise do chamado mensalão. Foram aplicados 1,9 bilhão de reais na obtenção de terras e 529 milhões na instalação de assentados. A partir daí, os gastos voltaram a ser declinantes. E nos sete meses de governo Dilma, até 22 de julho, gastou-se 9,7% dos 530 milhões de reais autorizados para a obtenção de imóveis rurais. A concessão de créditos para os assentados não foi muito melhor: 12% (110 milhões de 900 milhões previstos para o ano). Apesar das mortes em conflitos agrários no mesmo período nem o Programa Paz no Campo vingou: somente 8,8% dos 13 milhões de reais previstos foram aplicados.

“Não há uma proposta do governo para a reforma agrária. Observando os gastos da década, podemos afirmar que só há atendimentos pontuais, de acordo com a pressão dos movimentos sociais em cada época. Como atualmente não há mobilização nem orçamento, simplesmente não se fazem novos assentamentos”, avalia Edécio Vigna, cientista político do Inesc.

À falta de dinheiro e de mobilização, Vigna acrescenta outros três fatores. O primeiro é de natureza econômica: para se adequar ao modelo de alta produtividade do agronegócio, os assentamentos precisariam de vultosos investimentos públicos. O segundo é político, pois o governo é formado por uma coalizção na qual a maioria dos partidos rejeita a

**Compromisso.**

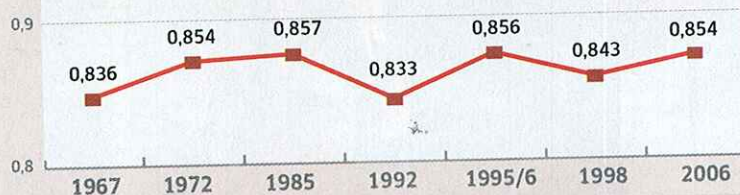
Lula prometeu atualizar o índice de produtividade, mas...



ADRIANO MACHADO

**Reforma Agrária**

**Índice de Gini da concentração\***



\*Mede os níveis de concentração, de modo que quanto mais próximo de 1,0, maior é a concentração

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2006, divulgado em 2009

ideia de reforma agrária. Por fim, haveria o perfil da própria Dilma, menos ligada às demandas dos movimentos sociais. “Se Lula não fez, Dilma fará menos ainda. A tendência dela é mais economicista e tecnocrata, levando menos em conta a razão social. Ela não age para alterar o modelo, mas para aumentar a produção,

é uma presidenta mais focada em resultados econômicos.”

Durante o governo Lula, a demanda dos movimentos sem terra foi contida por diversos fatores. Havia, em primeiro plano, a convergência ideológica. Para o MST e outros grupos, apesar dos poucos avanços, sempre fez mais

**O ministro que não sabe** Afonso Florence é especialista em temas urbanos, mas diz ler muito sobre o setor agrário **A SORAYA AGEGE**

**H**istoriador, especialista em áreas urbanas, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso

Florence, personifica o autismo governamental sobre a reforma agrária. Na entrevista a seguir, você entenderá o porquê.

**CartaCapital: Quantos novos assentamentos foram feitos e quantos estão planejados? Quantas famílias sem-terra serão assentadas por este governo?**  
**Afonso Florence:** Fizemos e

faremos novos assentamentos. Temos uma dotação orçamentária de 530 milhões de reais para 2011.

**CC: Mas não houve uma ampliação do orçamento que aponte neste sentido... Já ocorreram cortes, inclusive... Qual é o plano?**

**AF:** Houve e há uma turbulência internacional e o governo adota medidas macroprudenciais, mas mesmo assim, a rubrica não foi contingenciada. O orçamento

é positivo e prudente com o Plano Safra. Para se ter ideia, só a PGPM (Política de Garantia para o Preço Mínimo) da agricultura familiar prevê 300 milhões para 2011.

**CC: Quanto dessa verba será destinado aos novos assentamentos em 2011?**

**AF:** Em 2011 estaremos investindo em obtenção de terras, créditos, programas como o de aquisição de alimentos, o de garantia de preço mínimo...

**CC: Houve uma mudança de foco na política de reforma agrária?**

**AF:** Digamos que a política de reforma agrária ganha um contorno de reforma agrária de desenvolvimento. Não há mudança, no entanto... Olha, tenho lido bastante sobre a situação agrária, pois minha experiência é na área urbana da Bahia.

**CC: Eu gostaria que o senhor fosse mais específico ao menos em relação aos números.**

**AF:** O PPA (Plano Plurianual) está em elaboração. Nós estamos aperfeiçoando nosso planejamento. Estamos conversando com movimentos sociais, quilombolas... Mas vamos ampliar e consolidar os assentamentos.



**Em 1967, o índice de Gini era de 0,836. Em 2006, atingiu 0,854. Quanto mais perto de 1, mais concentrado é o modelo**

**Imóvel.** A concentração fundiária é maior do que nos tempos do ditador Costa e Silva

suprir uma renda às famílias até que elas tenham condições de se integrar à estrutura produtiva, por meio da educação ou da infraestrutura montada pelo poder público. O Brasil Sem Miséria vai oferecer o Bolsa Verde (trimestralmente, 300 reais por família), sementes e até cisternas. Mas não distribuirá terras.

**Será esse o melhor caminho?** Socióloga do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brancolina Ferreira tem dúvidas: “De que adianta o governo, com o novo programa, dar água e semente para uma população que não tem terra? A insuficiência de terra está na raiz da miséria”.

Professor da UnB, o sociólogo Sérgio Sauer concorda: “Há vários estudos que demonstram que o acesso à terra tem impactos positivos sobre o combate à pobreza. Não só porque as famílias passam a produzir alimentos para o consumo próprio, mas porque se seguem outras políticas, como o acesso à educação”.

sentido apoiar o PT, que ao menos tem a disposição de dialogar, do que as demais legendas. Além disso, sob Lula aumentaram os repasses para a estruturação produtiva dos assentamentos, o que levou à elevação da renda dos pequenos produtores. E a distribuição de cestas básicas nos acampamentos,

ainda que de forma inconstante, reduziu a tensão dos famintos do campo.

Dilma mira em outro ponto: reduzir a pobreza no meio rural, sob o entendimento de que ela é mais grave e afeta o sistema econômico de forma mais brutal do que a configuração atual da posse da terra. Como no Bolsa Família, a lógica é

**CC:** Não há sequer estimativas, uma ideia geral de quantas famílias serão assentadas em 2011?

**AF:** Não trabalho com estimativas e não temos números aqui que permitam um planejamento. Primeiro vamos levantar os números reais.

**CC:** Ministro, qual é a demanda nacional por reforma agrária?

**AF:** Não há cadastro público de demanda. Há acampamentos, mas os líderes são contraditórios nos dados. Não temos números oficiais.

**CC:** Mas, como ministro, o senhor não tem ideia da dimensão atual da demanda por reforma agrária

no Brasil? O Incra trabalha com a estimativa das famílias acampadas, de 170 mil, pelo número de cestas básicas distribuídas pelo governo nos acampamentos.

**AF:** Não é possível estimar a demanda. Não creio que sejam 170 mil famílias. Veja, o governo, por orientação da presidenta Dilma, vai trabalhar com o planejamento inclusive de gestão fundiária. Não posso, como ministro, dizer que os dados não são confiáveis. Mas há, por exemplo, áreas cadastradas no Incra superiores ao tamanho dos próprios municípios onde estão localizadas. Estamos planejando a produção de alimentos, que provêm da agricultura familiar. Não

podemos fazer afirmações peremptórias. Então vamos apurar para poder planejar.

**CC:** Quando o governo Dilma terá um planejamento sobre as metas de assentamentos, de distribuição de terras?

**AF:** Não temos esse planejamento nem o teremos muito rapidamente. Não é essa a nossa abordagem, pois há assentamentos diferenciados, de quilombolas, de litígios, por exemplo, unificados com os novos. E a política de reforma agrária não se restringe à distribuição de terras dessa forma. Olhe, eu gostaria de ter os instrumentos apurados, mas não os tenho.



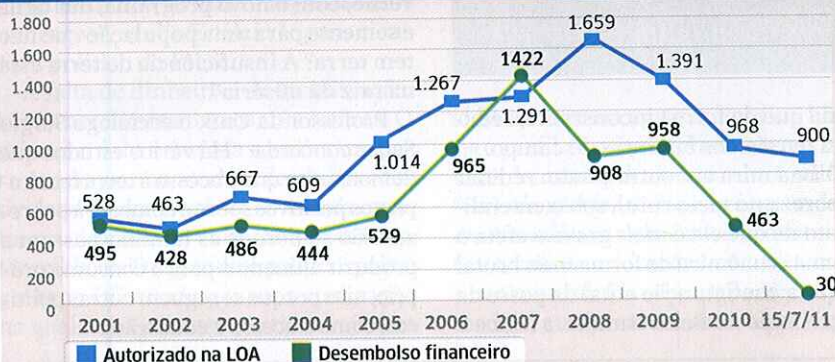
RODRIGO POZZEBON/ABR

**Sem dados.** “Vamos apurar para planejar”



EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

### Concessão de crédito para assentamentos\*

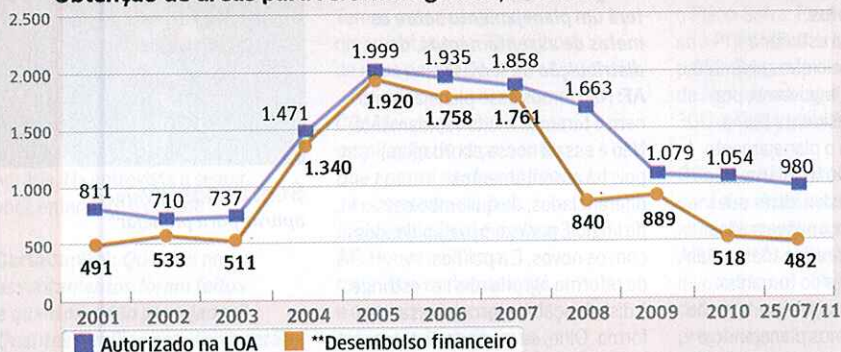


Fonte: Inesc

Deflacionado pela média do IGP-DI/FGV (base:2011), em R\$ milhões

### Terra de menos

#### Obtenção de áreas para reforma agrária\*, em R\$ milhões



Fonte: Inesc

\*Deflacionado pela média do IGP-DI/FGV (base: 2011)

\*\*Desembolso financeiro = Valores pagos na LOA + Restos a pagar

## O Incra calcula em 170 mil o número de famílias a serem assentadas. Custaria 20 bilhões de reais

**Latifúndio.** A expansão do agronegócio e os índices defasados encarecem a terra

► Economista especializado em agronegócio, Fábio Silveira, da RC Consultoria, tem outra visão.

Segundo ele, a ideia de reforma agrária não cabe mais na dinâmica atual de um país exportador de produtos agrícolas. Nem deverá entrar na pauta econômica, ao menos nos próximos dez anos, por causa da dependência estrutural que a economia brasileira tem do agronegócio na balança comercial. As exportações foram quase quatro vezes superiores ao saldo positivo da balança comercial brasileira em 2010, de 20,3 bilhões de dólares. As vendas dos produtores rurais ao exterior somaram 76,4 bilhões de dólares.

Segundo Silveira, os tempos modernos colocaram a reforma agrária em uma grande contradição: “Ela teria de ter sido feita três séculos atrás. Hoje, por causa da alta competitividade, o lucro depende de uma enorme produtividade. E as pequenas propriedades, em geral, não têm estrutura. Assim, elas não conseguem sobreviver no mercado sem subsídios públicos e eles não são mais concebíveis em um mundo que precisa cortar gastos públicos”.

**De acordo com o economista** da RC, como não há perspectivas de mudanças no modelo econômico, nem toda a vontade política do mundo faria a reforma agrária ter sucesso. “Digamos que politicamente se queira alocar o pessoal na terra. Mas como o fruto da pequena produção custa tão caro e não é competitivo nos mercados, fica automaticamente inviável. Você trabalha e coloca o produto no mercado, mas ele não dá lucro. Então, você distribui a terra, mas não a renda. Fica inviável.”

Guilherme Delgado, professor de economia da Universidade Federal de Uberlândia, discorda. Para ele, o Brasil precisa distribuir terras com urgência para diminuir a dependência de sua balança comercial do setor primário. “Realmente, se o agronegócio é hegemônico, não tem reforma agrária possível. Mas também não tem projeto nacional possível.”

Ele lembra que desde o fim dos anos 1990 o País fez uma opção de equilibrar suas contas externas por meio de uma brutal “primarização” das exportações. “No longo prazo, isso é parte do problema, não da solução, pois significa adotar um processo de superexploração dos recursos naturais, o que gera ▶

**Novo rumo.**  
Segundo o líder do MST, os sem-terra buscam outro tipo de reforma

## O MST muda o foco A prioridade agora, diz Stedile, é a agroecologia A SORAYA AGGEGE

**J**oão Pedro Stedile, um dos principais líderes do MST, afirma que a concentração de terras tem crescido e que a reforma agrária clássica realmente “saiu da agenda” nacional. Resta ao MST o caminho da “reforma agrária popular”, que defende um novo modelo de desenvolvimento agrícola, o agroecológico. Leia, abaixo, os principais trechos da entrevista, disponibilizada na íntegra em [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)

**CartaCapital: Qual é a dimensão da necessidade real de distribuição de terras no Brasil hoje?**

**João Pedro Stedile:** O Brasil é um dos países de maior concentração de propriedade da terra. Os últimos dados do cadastro do Incra, de dezembro de 2010, revelam que temos 66 mil fazendas classificadas como grandes propriedades improdutivas, que controlam 175 milhões de hectares. Pela Constituição e pela Lei Agrária Complementar essas terras deveriam ser desapropriadas e distribuídas. Temos ao redor de 4 milhões de famílias de trabalhadores agrícolas sem terra.

**CC: Ainda há um processo de reforma agrária no Brasil, no sentido de distribuição de terras?**

**JPS:** Um programa de reforma agrária verdadeiro é quando as políticas de desapropriação de terras e democratização da propriedade conseguem impedir a concentração. O Censo de 2006 revelou que a concentração é muito maior agora do que em 1920, quando recém havíamos saído da escravidão. O que existiu no Brasil nas últimas décadas foi a conjugação de duas políticas públicas: a colonização de terras públicas na Amazônia, e isso não altera a estrutura da propriedade, e a política de assentamentos rurais, para resolver conflitos sociais e políticos, quando há muita pressão dos trabalhadores. No Brasil está havendo uma desnacionalização da propriedade da terra, acelerada ainda mais pela crise do capitalismo financeiro, que fez com que os capitais especulativos corressesem para investir em patrimônio da

natureza no Brasil e se protegessem da crise. Estima-se que os capitais estrangeiros controlam mais de 30 milhões de hectares, para produzir cana de açúcar, gado e soja. Só no setor sucroalcooleiro controlam 33% de toda a terra e usinas.

**CC: O que o MST acredita que realmente será feito no Brasil com relação à reforma agrária?**

**JPS:** O programa de reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram no Hemisfério Norte, democratizando a propriedade e criando mercado interno, depende de um projeto político de desenvolvimento nacional baseado na industrialização. Isso saiu da agenda no Brasil. Não porque não seja um caminho. Mas porque as burguesias industriais brasileiras nunca tiveram um projeto de desenvolvimento nacional. Esse tipo de reforma agrária está inviabilizado por eles, lamentavelmente.

**CC: Como ficam os movimentos?**

**JPS:** Cabe aos movimentos sociais do campo se organizarem e lutarem agora, por um novo tipo de reforma agrária. Chamamos de reforma agrária popular. Além da desapropriação de grandes latifúndios improdutivos é preciso reorganizar a produção agrícola, com um novo modelo. Nós defendemos políticas que priorizem a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Uma combinação de distribuição de terras com agroindústrias nos assentamentos na forma cooperativa, voltadas para o mercado interno. Implantando uma nova matriz tecnológica baseada nas técnicas agrícolas da agroecologia. E ainda a ampla democratização da educação, com a instalação de escolas em todos os níveis. Essa é nossa plataforma e a nossa perspectiva. Pode demorar algum tempo, mas esse será o futuro da agricultura em todo o mundo. O modelo do capital, do agronegócio é inviável, econômica, ambientalmente e do ponto de vista da saúde pública, pois só produz lucro, usando muito veneno e degradando o meio ambiente.

MAURICIO LIMA/AFIP



violência no campo e viola as próprias leis ambientais. Em dez anos, 20 milhões de brasileiros vão chegar ao mercado de trabalho, e eles vão precisar de trabalho ou de terra. A opção do agronegócio hegemônico não dá nem uma coisa nem outra, porque concentra a terra e gera pouco emprego.”

Delgado também rebate o argumento de que a pequena propriedade não teria condições de se inserir num mercado competitivo. “A pequena propriedade, por vocação, é pluricultural. Se houver políticas públicas de garantia de preços e sistemas de concessão de crédito, não tenho dúvidas de que a agricultura familiar e a média propriedade têm total capacidade de produzir excedentes.”

**Considerado o maior** estudioso da reforma agrária em atividade, o geógrafo Ariovaldo Umbelino desmistifica os números do Incra, que diz ter assentado 614 mil famílias entre 2003 e 2010. Segundo Umbelino, o governo coloca no mesmo balaio 303,6 mil famílias beneficiadas por uma reordenação fundiária, que significa trocar um assentado de uma terra para outra, 154 mil por regularização e 2,3 mil que foram removidas por conta da construção de barragens. Pelas contas de Umbelino, o governo Lula teria assentado apenas 154,2 mil famílias em oito anos. Por isso, o geógrafo da USP classifica o primeiro mandato do petista como o da não reforma. E o segundo de “contrarreforma”, concentradora de terra em favor do chamado agronegócio.

O total de 67,8 milhões de hectares do Incra sem destinação na Amazônia Legal (terras públicas registradas em cartórios em nome do órgão e ocupadas ilegalmente), diz Umbelino, transformou-se em objeto da ação política da banda podre dos funcionários do órgão, que mudaram os rumos da política agrária no segundo mandato. Além disso, as Medidas

### Número de famílias atendidas pelo Incra\*\*



### Os posseiros tornaram-se os principais protagonistas da luta pela terra, diz pesquisador

Provisórias 422 (Lei 11.763 – 1º/8/2008) e 458 (Lei 11.952 – 25/6/2009) ampliaram as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. “Como consequência, o governo criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do Incra, griladas pelo agronegócio.”

Por causa dessa política, os conflitos por terra aumentaram, particularmente na Região Norte. Houve uma mudança no campo. Em 2010, após 30 anos, os posseiros se tornaram os principais pro-

tagonistas da luta pela terra no País. Para Umbelino, movimentos como o MST e o Via Campesina perderam o protagonismo político. Em seu lugar, entraram em cena os posseiros.

Plínio de Arruda afirma que como o governo centrou recursos em funções secundárias da reforma, como à assistência técnica e ao crédito, acabou por deteriorar o sentido do MST: “O governo transformou o MST numa ONG, o que em si modifica a relação do movimento com o camponês. Em vez de ativista, o militante torna-se um técnico do estado”. João Pedro Stedile, um dos fundadores do movimento, reage: “O MST manteve a mesma média de 250 ocupações por ano. Continuamos lutando”, afirma (entrevista à pág. 27).

**Entre os 638 conflitos** registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2010, um total de 235 (36,8%) envolveu posseiros em suas diferentes denominações regionais: ribeirinhos, fecho e fundo de pastos, seringueiros, castanheiros, vazanteiros, geraizeiros e pescadores. Em segundo lugar, ficaram os sem-terra, com 185 conflitos (29%), e, a seguir, os assentados, com 65 casos (10,2%). “O caráter contraditório da disputa pelas terras públicas na Amazônia, e da violência, ditaram os rumos da contrarreforma agrária. Não há nenhum cenário futuro que indique qualquer mudança de rumo no governo Dilma”, diz Umbelino.

O governo não dá nenhum sinal de que mudará totalmente seu foco. Mas o sem-terra Alves, mesmo a cada dia mais cercado pelos canaviais e eucaliptos em Iaras, não perde a esperança. E ele explica por quê: “Os governos, como todo mundo sabe, têm sempre duas caras. Hoje é uma coisa e amanhã é outra. A Dilma ainda tem três anos pela frente”. ●

### Números desmitificados

**Os cálculos reais da reforma agrária dos anos de Lula**

**Números de assentamentos nos governos Lula:**

Dados oficiais: **614.093 famílias**

No entanto, desse total, só um quarto se trata de reforma agrária:

Reforma agrária: **154.157 famílias, em 175.799 hectares**

Regularização fundiária: **154.034 famílias, em 41.444.691 hectares**

Reordenação fundiária: **303.560 famílias, em 1.178.439 hectares**

Reassentamento de atingidos por barragens: **2.342 famílias, em 117.451 hectares**

**Total: 614.093 beneficiários**

Fonte: Professor Ariovaldo Umbelino/Geografia da USP